

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Práticas anticapacitistas e antirracistas na extensão universitária durante a pandemia

Anti-ableism and anti-racist practices in the university extension during the pandemic

Prácticas anticapacitistas y antirracistas en la extensión universitaria durante la pandemia



Camila Pereira Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, psicamilalves@gmail.com



Sofia Hein Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, sofiahein9@gmail.com



Raquel da Silva Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, raquelsilveira43@gmail.com

Resumo: A temática das práticas antirracistas e anticapacitistas, sejam elas individuais ou interseccionais, ainda se demonstra frágil e limitada dentro da formação acadêmica, apesar de estar em constante desenvolvimento. Por conta disso, o propósito deste trabalho é relatar a experiência de deslocamento e invenção de práticas extensionistas anticapacitistas e antirracistas para/no ecossistema digital, durante o período da pandemia da Covid-19. A Educação Popular de Paulo Freire e a Pedagogia Engajada de bell hooks são teorias que utilizamos para moldar a metodologia do presente estudo, abrangendo também discussões sobre a prática da contação de histórias. A pandemia apresentou a todos nós a importância da adaptação das ferramentas de atuação acadêmica, utilizando a tecnologia e suas

nuances para abranger um público ainda mais amplo, a comunidade em geral. Esse público, formado também por pessoas negras com deficiência, aderiu às atividades e debates propostos pelo coletivo do projeto, trazendo-nos resultados satisfatórios e que corroboram a importância de seguir trabalhando para um ambiente mais acessível e abrangente.

Palavras-chave: extensão universitária; capacitismo; racismo; promoção da saúde.

Abstract: The issue of anti-racist and anti-ableist practices, whether individual or intersectional, is still fragile and limited within academic environment, despite being in constant development. Because of this, the purpose of this work is to report the experience of displacement and invention of anti-ableist and anti-racist extensionist practices for/in the digital ecosystem, during the period of the Covid-19 pandemic. Paulo Freire's Popular Education and bell hooks' Engaged Pedagogy are theories that we used to shape the methodology of the present study, also covering discussions about the practice of storytelling. The pandemic introduced all of us to the importance of adapting academic performance tools, using technology and its nuances to reach an even wider public, the community in general. This public, also made up of black people with disabilities, joined the activities and debates proposed by the project collective, bringing us satisfactory results that corroborate the importance of continuing to work for a more accessible and better environment.

Key-words: university extension; ableism; racism; health promotion.

Resumen: El tema de las prácticas antirracistas y anticapacitistas, ya sean individuales o interseccionales, es aún frágil y limitado dentro de la formación académica, a pesar de estar en constante desarrollo. Por ello, el propósito de este trabajo es relatar la experiencia de desplazamiento e invención de prácticas extensionistas anticapacitistas y antirracistas para/en el ecosistema digital, durante el período de la pandemia de la Covid-19. La Educación Popular de Paulo Freire y la Pedagogía Comprometida de bell hooks son teorías que utilizamos para dar forma a la metodología del presente estudio, que también abarca

discusiones sobre la práctica de la narración. La pandemia nos introdujo a todos a la importancia de adaptar las herramientas de rendimiento académico, utilizando la tecnología y sus matices para llegar a un público aún más amplio, la comunidad en general. Este público, integrado también por personas negras con discapacidad, se sumó a las actividades y debates propuestos por el colectivo del proyecto, brindándonos con resultados satisfactorios que corroboran la importancia de seguir trabajando por un entorno más accesible e integral.

Palabras clave: extensión universitaria; capacitismo; racismo; promoción de la salud.

Data de submissão: 02/07/2022

Data de aprovação: 27/09/2022

Introdução

A pandemia transformou os modos de fazer e habitar a universidade pública brasileira. O deslocamento maciço das práticas extensionistas para o ecossistema digital (BRUNO et al., 2018) produziu uma fissura naquilo que fazíamos como extensão e mantínhamos como cultura universitária. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criamos ainda em 2018, o projeto de extensão chamado Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas (CEPAC). Esse projeto é um dos eixos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Antirracista e Anticapacitista (NEPARC), vinculado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional. O CEPAC nasceu como proposta instituinte de enfrentamento ao capacitismo na formação do ensino superior, a partir das demandas de estudantes com deficiência que ingressaram na universidade pela política de cotas (SILVEIRA; GUERREIRO; GOMES, 2021). Por inserir-se num programa maior de enfrentamento ao racismo, logo produziu-se a articulação entre capacitismo e racismo. Mesmo sendo um projeto recente, precisou reconstruir seu território existencial diante dos limites que a pandemia estabeleceu para o nosso fazer extensionista.

Em produção anterior (SILVA *et. al*, 2021), já utilizávamos os ensinamentos de Paulo Freire (1983) sobre a importância da extensão universitária em possibilitar espaços de trocas horizontais com a sociedade. É na prática extensionista que experimentamos a pertinência ou não das teorias discutidas nas salas de aulas. Em relação à temática das relações interseccionais

entre racismo e capacitismo, o trabalho extensionista permite que encontremos as pessoas negras e com deficiência, aprendendo sobre as articulações que esses sistemas de opressão produzem em suas vidas. Em sua pesquisa sobre surdez e raça, Francisco Buzar (2012) demonstra como se amplia as vulnerabilidades dos jovens negros com deficiência, especificamente no risco da violência policial. O autor relata a situação vivida por um jovem negro e surdo morador de periferia ao ser abordado pela polícia, pois ao não responder ao chamado por voz de policiais, sua atitude quase foi confundida com desacato. Felizmente houve a intervenção da vizinhança em seu auxílio, explicando que tratava-se de um jovem surdo.

Em nossas experiências com escolas estaduais de Porto Alegre, temos nos deparado com jovens negros com deficiência intelectual que precisam terminar seus estudos na Educação de Jovens e Adultos. É possível fazer uma analogia com a situação interseccional entre o racismo e o capacitismo, pois as situações do genocídio negro e de discriminação racial serão agravadas nas vidas de jovens negros(as) com deficiências. Desta forma, fica visível e concreta a necessidade de que a universidade invista mais em estudos sobre a interseccionalidade entre raça e deficiência, especialmente a partir do momento em que as múltiplas corporeidades ingressam no território acadêmico pela lei de cotas. Segundo Vanessa Silva e Wilker Silva (2018), a discriminação racial e a falta de inclusão efetiva nas instituições de ensino superior produzem dificuldades de acesso e de condições de permanecer e de pertencer aos espaços universitários para estudantes com deficiência e negros e negras.

Nessa direção, compreendemos ser importante analisar as relações de saber-poder na sociedade brasileira através da articulação interseccional entre racismo e capacitismo. Raça e deficiência são categorias que colocam em evidência os modos como construímos e ensinamos os saberes na universidade.

Em 2020, fomos surpreendidas com o isolamento produzido pela pandemia da Covid-19. Na UFRGS somente voltamos às atividades presenciais em fevereiro de 2022. Assim sendo, as nossas atividades de extensão tiveram que ser reinventadas. As redes sociais e o ecossistema digital possibilitaram outras interfaces entre sociedade e universidade. Redes sociais foram redescobertas como ferramentas de trabalho e as conexões entre o CEPAC e as pessoas com deficiência da comunidade foram alargadas, muitas vezes, através do contato estabelecido por familiares e cuidadoras. Essa rede de conexão digital foi tomada como uma oportunidade para expandirmos o público-alvo e atingirmos o objetivo estrutural do projeto de alcançarmos pessoas negras e com deficiência na universidade. Desde a sua criação, o projeto de extensão se consolidou de forma interracial e também com a participação de pessoas cegas, algumas delas integrantes de movimentos sociais. Porém, a partir da expansão digital passamos a desenvolver encontros com pessoas com outros tipos de deficiências e outras demandas de acessibilidade e inclusão, o que possibilitou o crescimento e a inventividade das práticas extensionistas do coletivo.

O objetivo geral deste artigo é relatar a experiência de deslocamento e invenção de práticas extensionistas anticapacitistas e antirracistas para/no ecossistema digital,

durante o período da pandemia da Covid-19. Pode ser interessante frisar, que diante dos impedimentos da pandemia e dos afetos temerosos daquele período, iniciamos esse deslocamento receosas de que os espaços na internet e as relações estabelecidas por intermédio das plataformas digitais fossem precários e insuficientes para o trabalho que precisava seguir sendo desenvolvido. Nós não tínhamos habilidades digitais suficientemente desenvolvidas para tal empreitada, mas as competências foram se desenvolvendo de forma interessante, pois experienciamos os bons afetos dos encontros e dos desafios que surgiam para convivermos na diferença. No processo de trabalho foram criados dois dispositivos através das conexões digitais com a internet: as Rodas de Conversa Anticapacitistas e as Oficinas de Promoção da Saúde.

Anticapacitismo e antirracismo como práticas e saberes extensionistas

A Constituição Federal de 1988, determina que as Universidades no Brasil serão constituídas pelo tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, sendo esta última a responsável pela ampla integração dos saberes produzidos na academia com os saberes populares e suas demandas. Com base no paradigma freiriano de transformação social, compreendemos que será neste encontro da comunidade universitária com a comunidade extramuros que se produzirá tensionamentos sobre a produção teórica. Principalmente quando temos uma histórica relação de reprodução dos saberes coloniais, brancos e hegemônicos na

formação acadêmica. Segundo Karen Silva et. al. (2021, p.2), é “importante salientar que, com a implementação das cotas raciais e para as pessoas com deficiência, houve um deslocamento na concentração do saber, antes hegemonicamente branco-eurocentrado”. Estudos recentes (SILVA, 2016; NOGUERA, 2019; SILVA; LIMA, 2020) demonstram a contribuição das cotas raciais na produção de saberes afroperspectivistas e das teorias decoloniais. Desta forma, constata-se uma transformação da universidade desde o tensionamento interno. A presença de estudantes negros(as) e seus coletivos de luta tem forçado e produzido saberes localizados e corporificados.

As transformações e tensões em relação ao capacitismo ainda são pequenas, pois a inserção de estudantes com deficiência está iniciando. As cotas para pessoas com deficiência iniciaram em 2018, além disso, como o campo das deficiências é muito vasto e diversificado (deficiência visual, auditiva, física, mental), há uma dificuldade maior na construção de coletivos. (SILVA; SILVA, 2018). Além disso, segundo o Censo do IBGE (2010), 60% das pessoas com deficiência no Brasil não concluíram o ensino fundamental. Assim, destacamos: se você é uma pessoa com deficiência e cursou todo o ensino médio em uma escola pública, pode concorrer em uma das seguintes modalidades das cotas, segundo informações da UFRGS (2022):

L9 (candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita e Pessoa com Deficiência);

L10 (candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena e Pessoa com Deficiência);

L13 (candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio, independentemente da renda familiar e Pessoa com Deficiência) e

L14 (candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio, independentemente da renda familiar, autodeclarado preto, pardo ou indígena e Pessoa com Deficiência). (UFRGS, 2022, n.p.)

Essa informação não tem sido amplamente divulgada, por isso merece espaço nos meios de divulgação dos saberes produzidos desde a universidade pública. Na realidade atual do Instituto de Psicologia da UFRGS, o ingresso de pessoas com deficiência tem sido muito tímido, ao redor de dois estudantes por semestre. Assim, salientamos uma análise inicial sobre as informações de gênero e raça das pessoas com deficiência cotistas no curso de Psicologia. A maioria é de homens e de pessoas brancas. Mesmo que iniciais, essas informações deixam visíveis a importância de refletirmos sobre o paradigma da interseccionalidade, conforme proposto por Kimberlé Crenshaw (2002) e Patrícia Hill Collins (2019), pois o racismo e o sexismo se articulam com o capacitismo, dificultando ainda mais o acesso das pessoas com deficiência negras e das mulheres com deficiência na universidade. Essa é uma situação identificada em estudo recente (PETTEN; ROCHA; BORGES, 2018) sobre o perfil de estudantes com deficiência no ensino superior.

Um dos efeitos instituintes da implementação da política de cotas para pessoas com deficiência foi a criação de novos projetos e coletivos, como o CEPAC. Na UFRGS, já existiam outros núcleos/programas que auxiliavam no processo inclusivo e de permanência dos estudantes com deficiência na universidade, como o Núcleo Incluir e os Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Formaram-se também o Coletivo Autista da UFRGS e o Coletivo de Pessoas com Deficiência Adriana Thoma - UFRGS. O CEPAC está instituído como uma ação de extensão vinculada ao Programa de Extensão NEPARC, que inicialmente se dedicava exclusivamente ao enfrentamento do racismo no ensino superior. Com a implementação das cotas para Pessoas com Deficiência, entendemos ser fundamental acolher, estudar e coletivizar as questões que estudantes com deficiência estavam apresentando junto ao nosso coletivo antirracista. Através das proposições teóricas de Abdias Nascimento (2009) sobre a força das experiências quilombistas no Brasil de resistência e acolhimento de quem precisava dos quilombos, assumimos a causa anticapacitista (SILVA *et. al*, 2021).

Foi nesse contexto que iniciamos os estudos sobre a interseccionalidade entre capacitismo e racismo. O paradigma da interseccionalidade tem nos ajudado a complexificar as práticas sociais e subjetivas da violação de direitos humanos vividas pelas pessoas negras com deficiência, em especial os (as) estudantes universitários (as). De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002), o olhar e a escuta interseccional possibilitam formular perguntas específicas que permitam captar as singularidades produzidas quando dois ou mais eixos de dominação se articulam. Caso

contrário, estaremos atentos (as) somente ao sujeito considerado padrão, universal, historicamente constituído como a norma, no caso específico desta discussão, os corpos brancos sem deficiência. A partir de estudos que criticam as normas que estruturam as sociedades ocidentais (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 1981; GONZALEZ, 2018), percebe-se que “na lógica padrão de perguntar sobre o sujeito, as teorias acabam por sustentar intervenções e técnicas pensadas para o sujeito e não com o sujeito, que se traduzem em práticas que reafirmam as relações de poder instituídas” (SILVA *et. al.*, 2021, p 2).

No campo de estudos sobre inclusão e deficiência, Anahi de Mello (2016) é uma das autoras que visibiliza a permanência da primazia dos conhecimentos biomédicos na compreensão dos “corpos” com deficiência, sendo a análise das patologias e seus tratamentos o enfoque principal. Em seu apanhado histórico sobre os modelos de compreensão das deficiências, Débora Diniz (2007) explicita os efeitos do capitalismo na produção dos corpos deficientes como faltantes, incapazes e improdutivos. Nessa perspectiva, as pessoas com deficiência precisam ser “consertadas”, a fim de que estes corpos se tornem produtivos e úteis ao sistema produtivo hegemônico. Na perspectiva biomédica da deficiência, a lesão no corpo é o alvo principal a ser enfrentado, ou seja, trata-se de um problema individual, muitas vezes vivido como uma tragédia, nunca de ordem social, mas individual, no máximo, familiar. Assim sendo, a solução precisa ir em direção à correção da lesão daquele corpo, para tornar o indivíduo capaz de produzir o que o sistema demanda.

Contudo, em meados do século XX, movimentos sociais contraculturais e feministas produziram outras referências epistemológicas como resistência aos imperativos saberes biomédicos, que constituíram o Modelo Social da Deficiência. As pessoas com deficiência entoaram com suas próprias vozes e corpos palavras de ordem que ainda hoje ecoam pela sociedade e universidade: 'Nada sobre nós, sem nós!' (MELLO, 2009, p.34). Esse modelo, que se estrutura com gerações de intelectuais e ativistas, opera uma torção de perspectiva, instigando o reconhecimento e o acolhimento pela sociedade de que os seres humanos são diversos em suas organizações corporais e que a potência da vida não pode ser medida pela capacidade de responder a um sistema capitalista e utilitarista. Nessa perspectiva ético-epistemológica, não será a lesão, ou a diferença do corpo e/ou mente que definirá a deficiência, mas sim a incapacidade da organização social em acolher e respeitar a diversidade dos corpos e/ou mentes. Há um deslocamento na localização da incapacidade: não no corpo com deficiência, mas sim na sociedade que não produz acessibilidade e inclusão para todos os cidadãos que nela habitam.

Foi do contexto de lutas e produções teóricas das pessoas com deficiência que emergiu o conceito chamado capacitismo: "concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a própria vida." (DIAS, 2013, p.2). Esse conceito visibilizou que as violações de direitos humanos e os regimes opressores aos quais as pessoas com deficiência estavam/são submetidas são efeitos da estruturação das sociedades instituídas pelo mito da

capacidade. Nessas organizações sociais capitalistas, produz-se uma expectativa padrão de seres humanos: os plenamente capazes (MARCO, 2021).

Sustentar as práticas extensionistas na universidade pública, a partir do Modelo Social da Deficiência, passa a ser um modo de resistir e compor com as diferentes formas dos sujeitos existirem no mundo. Com os limites estruturais infligidos pela pandemia, criamos desde o ecossistema digital, modos de relação com as experiências dos corpos diversos em interface com os acoplamentos tecnológicos, onde o que estava em questão não eram os limites de cada um, mas as possibilidades inventivas que coletivamente poderíamos desenvolver para que todos(as) pudessem estar presentes.

Metodologia e Resultados

A metodologia de trabalho utilizada pelo CEPAC está ancorada nos pressupostos ético-políticos-educacionais de Paulo Freire (1983) e de bell hooks (2017), nos quais são fundamentais o reconhecimento dos saberes populares e da necessidade de engajamento dos(as) profissionais da educação com práticas libertárias. Nessa perspectiva, criamos dois dispositivos grupais (BARROS, 2009) como estratégias de composição coletiva e prática extensionista desde as possibilidades apresentadas pelo ecossistema digital: as Rodas de Conversa Anticapacitistas e as Oficinas de Promoção de Saúde com Pessoas Idosas.

As Rodas de Conversa Anticapacitistas surgiram como uma aposta nos espaços coletivos que seriam possivelmente sustentados através da internet. No início, o convite era apenas para que nos reuníssemos, conversássemos a partir de um texto e/ou experiência com a deficiência e colocássemos na roda aquilo que nos mobilizava para o encontro digital. E assim, despretensiosamente, fomos construindo em espaço em que o acolhimento a tudo aquilo que estava acontecendo no início-meio da pandemia se dava espontaneamente. Medos, dores, perdas, lutos e esperanças eram colocados na roda e, mesmo sem a conexão corporal que a presencialidade nos permitia antes da pandemia, tornou-se possível que os encontros quinzenais, de terça-feira à noite, abertos a comunidade, passassem a ser um lugar-espço em que nos conectávamos afetivamente. Uma sensação de alívio e assombro guiava nossos encontros. Alívio porque estávamos sustentando uma roda em que a palavra circulava e nos ajudava a elaborar as dores do mundo e da solidão do isolamento. Assombro porque percebíamos que a potência afetiva também se manifestava num lugar-espço onde não sentíamos cheiros, toques e vibrações, mas que tornava possível que nos conectássemos de outros modos com os corpos. E isso era inédito na nossa experiência extensionista.

A metodologia de trabalho escolhida para esse dispositivo implicava a politização dos participantes para práticas e saberes anticapacitistas. As palavras encontravam

fluxo de passagem, mesmo diante da interface pálida das telas e eram guiadas pela leitura de textos que versavam sobre lutas, resistências e criações desde o modelo social da deficiência. Líamos Débora Diniz, Victor Di Marco, Adriana Dias... Mas em muitos encontros a necessidade de falar das experiências tornava a palavra-experiência mais urgente do que a palavra-estudada nos textos. Desse encontro entre teoria e prática fomos trançando afetos e aprendizagens de vida para modos de existir anticapacitistas que nos guiam até o presente momento nas rodas.

A plataforma digital escolhida para desenvolvermos esse dispositivo foi o Google Meet, pois era a plataforma que mais nos fornecia recursos de acessibilidade para as necessidades específicas dos participantes, como por exemplo, as legendas automáticas fornecidas pela plataforma quando alguém oralizava.

Já as Oficinas de Promoção da Saúde com Pessoas Idosas foram desenvolvidas como um dispositivo grupal, vinculadas a outro projeto de extensão, criado na faculdade de fonoaudiologia, chamado Brincar de Viver. Um projeto que articula palhaçaria, dança, teatro, contação de história e gastronomia para a reabilitação de pessoas idosas com afasia, demências e outras deficiências neurológicas. Projeto que também nasceu na pandemia e buscou no ecossistema digital as melhores ferramentas para a criação e sustentação de um projeto que se propõe a estimular as relações interpessoais e a cognição de pessoas idosas, que

já viviam o distanciamento social muito antes da pandemia ser deflagrada.

Para esse dispositivo escolhemos a plataforma digital Zoom Meet, pois além das diversas possibilidades de gestão das salas virtuais e ferramentas para o letramento digital dos/das integrantes e participantes do grupo, também era uma plataforma reconhecida pelos componentes da dança e do teatro, como a plataforma que oferecia a melhor condição de transferência sonora, um aspecto decisivo para as intervenções desenvolvidas nas oficinas. Afinal, a arte era o fio condutor das intervenções e a musicalidade era um aspecto importante para o nosso objetivo. Além disso, a maioria dos participantes da oficina tinham algum nível de deficiência auditiva. As oficinas tinham frequência semanal, realizadas com grupos fechados e com em média 10 participantes. Também mantínhamos contato com os participantes através de um grupo de WhatsApp e ligações telefônicas individuais.

As oficinas eram desenvolvidas através dos três eixos do projeto Brincar de Viver: Memória, Comunicação e Imaginação. O CEPAC realizava as oficinas a partir da contação de histórias, uma expertise transmitida pelo NEPARC, projeto referência em contação de histórias afrodiaspóricas. Contávamos e ouvíamos histórias com pessoas idosas como estratégia de promoção da saúde. Planejavamos as oficinas a partir da escolha de uma história estruturante para o encontro, pensando numa lógica de início, meio e fim para cada encontro. Contávamos histórias

infantis, histórias tradicionais e muitas histórias de si. A estimulação sensorial era parte importante da oficina, tanto para o aquecimento inicial e sustentação do vínculo entre os integrantes, quanto para a percepção corporal, tantas vezes esquecida pelas pessoas idosas e por todas nós que passávamos horas sentadas em frente ao computador, desconectadas de si.

Discussões

Um dos resultados que merecem análise e discussão refere-se ao modo como aconteceu o deslocamento das práticas extensionistas para o ecossistema digital. No campo das Humanidades e da Educação, as aprendizagens digitais ainda são tímidas (SANTAELLA, 2021) e até a deflagração da pandemia, nossa formação era baseada predominantemente em estratégias analógicas. Estávamos todas numa posição de aprendiz, poucas tinham letramento e fluência digital (SILVA; BEHAR, 2019), tornando necessário que práticas de si e coletivas fossem inventadas na interface com as máquinas da noite para o dia.

Vivíamos pela contingência dos fatos, um convite à retomada da paisagem freiriana da figueira que abriga aquelas que não sabem. Na sombra da tecnologia, nos conectávamos pelo desejo de seguir fazendo extensão, mas também por não saber como operar com os novos signos e letras que se apresentavam diante das telas. Precisávamos aprender a operar com as plataformas e ao mesmo tempo

acompanhar o letramento dos sujeitos que começavam a participar dos dispositivos grupais criados na conexão com a internet. Detalhes como ligar e desligar os botões de microfone e câmera compunham uma paisagem de assimilação e acomodação da aprendizagem tanto para quem chegava no coletivo, quanto para quem já o compunha e inclusive ocupava posições de liderança nas atividades. Os limites inicialmente impostos pelo não saber sobre as tecnologias digitais compuseram os modos inventivos com os quais construímos um território virtual comum de promoção da saúde e fortalecimento de práticas anticapacitistas e antirracistas.

Paradoxalmente, naquele território ainda desconhecido de técnicas e acoplamentos digitais, tornava-se possível estimular encontros e habilidades até então ausentes nos modos tradicionais de fazer extensão. A garantia de acesso aos encontros para todas(os) que tinham conexão com a internet e legenda das falas por algumas plataformas são exemplos dos modos inclusivos viabilizados pelas tecnologias, assim como, a política atencional desenvolvida entre pares no cuidado uns com os outros. Quem sabia operar com os botões e links das máquinas, criava estratégias objetivas ou lúdicas de narrar como o outro também poderia aprender. Não havia cartilha, apenas desejo de estar junto e o compromisso de encontrar modos de coabitação nas telas.

Contar e escutar histórias também passou a ter múltiplos sentidos para o coletivo. Contar histórias para

peessoas idosas tornou-se uma aposta ética-estética-política de promoção da saúde. O projeto guarda-chuva que abriga o CEPAC, o NEPARC, já tinha ampla experiência na contação de histórias para crianças, mas contar histórias com pessoas idosas tornou-se um dos desafios da modulação do trabalho digital. Nas oficinas com as/os participantes do projeto Brincar de Viver, narrávamos histórias como possibilidade lúdica de acesso a memórias e afetos. Guiávamos a atenção de pessoas que experimentavam o isolamento muito antes da circulação do vírus da Covid-19. Contávamos histórias regionais dos povos que compunham a oficina, mas também contávamos histórias classificadas como literatura infantil. Escutar histórias ditas para crianças, fazia com que as pessoas idosas com ou sem deficiência neurológica pudessem narrar outras lembranças que não aquelas do padecimento pandêmico que lhes abatia. Assim como, autorizava que outras partes dos corpos entrassem em cena durante a intervenção, fazendo com que os/as próprios/as participantes das oficinas se tornassem contadores/as de histórias.

A criação de oficinas de promoção de saúde através da arte de contar histórias possibilitou à equipe discutir os modos instituídos de tornar-se profissional de saúde e, especialmente para a Psicologia, outros modos de escutar a demanda de sujeitos e coletivos. Passando diretamente pela experiência corporal de ser umaicineira, por vezes, contadora de histórias, mas também, palhaça, o modo espontâneo, lúdico e brincante de se fazer presente na

intervenção compôs radicalmente as intervenções promotoras de saúde. Esse dispositivo grupal possibilitou à equipe entrar em relação com demandas do envelhecimento e das interseccionalidades entre raça, deficiências e geração até então inéditas no processo formativo de quem aprendia ali.

As trocas de experiências e de saberes produzidas a partir da institucionalidade do coletivo CEPAC/UFRGS são reconhecidas por estudantes de diversas áreas do conhecimento como espaços de aprendizagem singulares, percebidas como aprendizagem que extravasa as grades curriculares definidas para o ensino regular dos cursos de graduação. As rodas de conversas do CEPAC tornaram-se, assim, um tempo-espaço de encontro e discussão entre pessoas com e sem deficiências que estejam implicadas com uma universidade para todas/es/os. O deslocamento das rodas de conversa para o ambiente digital tornou viável a participação de muitos/as integrantes, até então, ausentes no espaço presencial. A discussão em torno das experiências com as deficiências e o estudo teórico de textos do modelo social sustentaram ações coletivas de presença e afirmação da luta anticapacitista na universidade que reverberam para além do espaço da roda. Durante a pandemia, foram feitas diversas lives numa das redes sociais do coletivo (@ufrgs.cepac), com temas definidos coletivamente e pautados pelas discussões da roda, assim como, movimentos institucionais dentro da própria universidade, como a composição de um grupo de trabalho

que está se debruçando sobre a política de inclusão da universidade.

Os integrantes desse dispositivo chegam, em grande parte, através da divulgação do projeto nas mídias sociais; onde interagem com uma rede de conexões digitais sustentada por pessoas engajadas e interessadas em nutrir o debate sobre as deficiências. A partir desse primeiro encontro nas redes, as pessoas são convidadas para constituir um espaço que vai além dos muros da universidade e dos links das plataformas digitais. Os relatos das pessoas com deficiência são temas centrais nas rodas, principalmente por acreditarmos no lugar de fala e nas experiências pessoais que podem trazer uma percepção mais realista para a conversa, indo além dos conceitos teóricos que sustentam o capacitismo no cotidiano. Não obstante, a contextualização do tema e o resgate de obras referências no assunto são trazidos pelas integrantes e mediadoras responsáveis pelas rodas de conversa, articulando informações institucionais e acadêmicas junto à comunidade não científica e não acadêmica.

Reflexões Finais

As perguntas específicas que suleiam o paradigma da interseccionalidade precisam ser cada vez mais expostas e afirmadas nos múltiplos ambientes da universidade pública brasileira. O enfrentamento aos regimes de opressão que interseccionam modos de subjetivar, educar, comunicar...

precisa ser constantemente reinventado e colocado em análise no que se refere à implicação de toda a comunidade acadêmica envolvida com práticas libertárias.

Sabemos que há muito a ser feito na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que tange a construção e efetivação de políticas inclusivas para a educação superior. A extensão universitária é uma ferramenta decisiva nos modos de compor a universidade. O dispositivo Rodas de Conversa Anticapacitistas do CEPAC[A8], configurou-se como um espaço aberto e de acolhimento permanente de pessoas interessadas em compor o coletivo e discutir as deficiências a partir do modelo social, pretendendo ser um espaço de luta e afirmação para uma sociedade mais justa e anticapacitista, buscando articular e ampliar as múltiplas narrativas que tornam possível a criação de uma sociedade mais igualitária.

A formação dos futuros profissionais da saúde precisa passar por um ensino articulado com a extensão. Sustentando modos de saber e fazer atentos e implicados com os processos inclusivos, articulando experiências e estratégias de enfrentamento aos regimes racistas, capacitistas e etaristas de dominação. Urge uma mudança estrutural nos paradigmas e epistemologias que [A9]tem sustentado modos universais de promover e recuperar a saúde, especialmente de pessoas idosas, o que ficou evidente com as Oficinas de Promoção da Saúde. [A10]Ancoradas em intervenções lúdicas, têm se mostrado cada vez mais potente e influente na manutenção de uma

vida ativa com pessoas idosas outrora inativas e com poucas relações sociais. A inclusão digital desses sujeitos ainda é desafiadora, mas recompensadora, trazendo-nos reflexões acerca da acessibilidade e desigualdade, que infelizmente prevalecem e por vezes até se intensificam diante do acesso à internet.

A criação de dispositivos desde o ecossistema digital, para intervir nas demandas sociais que se apresentaram durante a pandemia foi um modo de ancorar e dar passagem para as múltiplas narrativas que podem diversificar e ampliar nossos modos de ser e existir na universidade pública brasileira.

Referências

- BARROS, REGINA BENEVIDES DE. **GRUPO: A AFIRMAÇÃO DE UM SIMULACRO.** PORTO ALEGRE: SULINA/EDITORA UFRGS, 2009.
- BRUNO, FERNANDA; CARDOSO, BRUNO; KANASHIRO, MARTA; GUILHON, LUCIANA; MELGAÇO, LUCAS (ORGS.). **TECNOPLÍTICAS DE VIGILÂNCIA: PERSPECTIVAS DA MARGEM.** SÃO PAULO: BOITEMPO, 2018.
- BUZAR, FRANCISCO JOSÉ ROMA. **INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA E SURDEZ: A SITUAÇÃO DE SURDOS(AS) NEGROS(AS) EM SÃO LUÍS-MA.** 2012. 155F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO). UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2012.
- COLLINS, PATRICIA HILL. **PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO: CONHECIMENTO, CONSCIÊNCIA E A POLÍTICA DO EMPODERAMENTO.** SÃO PAULO: BOITEMPO, 2019.
- CRENSHAW, KIMBERLÉ. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **REV. ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 10, n. 1, p.171-189, JAN. 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/J/REF/A/MBTP4SFXPNJZ397J8FSBQQ/?FORMAT=PDF&LANG=PT](https://www.scielo.br/j/REF/A/MBTP4SFXPNJZ397J8FSBQQ/?format=PDF&lang=pt). ACESSO EM: 16 JUN. 2022.
- DAVIS, ANGELA. **MULHERES, RAÇA E CLASSE.** SÃO PAULO: BOITEMPO, 2016.
- DIAS, ADRIANA. POR UMA GENEALOGIA DO CAPACITISMO: DA EUGENIA ESTATAL A NARRATIVA CAPACITISTA SOCIAL. *IN*: **ANAIS DO I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA - SEDPCD/DIVERSITAS/USP LEGAL**, SÃO PAULO, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOCPLAYER.COM.BR/145111795-POR-UMA-GENEALOGIA-DO-CAPACITISMO-DA-EUGENIA-ESTATAL-A-NARRATIVA-CAPACITISTA-SOCIAL.HTML](https://docplayer.com.br/145111795-POR-UMA-GENEALOGIA-DO-CAPACITISMO-DA-EUGENIA-ESTATAL-A-NARRATIVA-CAPACITISTA-SOCIAL.HTML). ACESSO EM: 16 JUN.2022.
- DINIZ, DÉBORA. **O QUE É DEFICIÊNCIA.** SÃO PAULO: BRASILIENSE. 2007
- FREIRE, PAULO. **EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?** 7ª ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1983.
- GONZALEZ, LÉLIA. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. *IN*: **UCPA. PRIMAVERA PARA AS ROSAS NEGRAS: LÉLIA GONZALEZ EM PRIMEIRA PESSOA.** SÃO PAULO: DIÁSPORA AFRICANA, 2018.
- HOOKS, BELL. **ENSINANDO A TRANSGREDIR: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE.** 2.ED. SÃO PAULO: EDITORA WMF MARTINS FONTES, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSOS 2010**. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO, RELIGIÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2010.

MARCO, VICTOR DI MARCO. **CAPACITISMO: O MITO DA CAPACIDADE**. SÃO PAULO: EDITORA LETRAMENTO, 2021.

MELLO, ANAHI GUEDES DE. DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E VULNERABILIDADE: DO CAPACITISMO OU A PREEMINÊNCIA CAPACITISTA E BIOMÉDICA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFSC. **CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA [ONLINE]**. V. 21, N. 10, P. 3265-3276, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/1413-812320152110.07792016](https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016). ACESSO EM: 16 JUN. 2022.

MELLO, ANAHI GUEDES DE. **POR UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DA DEFICIÊNCIA: PESSOA, CORPO, SUBJETIVIDADE**. 2009. 86 F. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS). CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. FLORIANÓPOLIS, 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFSC.BR/HANDLE/123456789/126443?SHOW=FULL](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126443?show=full). ACESSO EM: 10 JUN. 2022.

NASCIMENTO, ABDIAS. O QUILOMBISMO: UM CONCEITO EMERGENTE DO PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA.

NASCIMENTO, E. L. (ORG.). **AFROCENTRICIDADE UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA INOVADORA**. COLEÇÃO SANKOFA, V. 4, SELO NEGRO EDIÇÕES, 2009.

NOGUERA, RENATO. O PODER DA INFÂNCIA: ESPIRITUALIDADE E POLÍTICA EM AFROPERSPECTIVA. **MOMENTO: DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO**, V. 28, N. 1, P. 127-142, 2019. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://PERIODICOS.FURG.BR/MOMENTO/ARTICLE/VIEW/8806/5769](https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806/5769). ACESSO EM: 16 JUN. 2022.

PETTEN, ADRIANA MARIA VALLADÃO NOVAIS VAN; ROCHA, TEREZINHA CRISTINA DA COSTA, BORGES; ADRIANA ARAÚJO PEREIRA. POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA. **REVISTA DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, V. 5, N. 1, P. 127-40, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.RESEARCHGATE.NET/PUBLICATION/336396157](https://www.researchgate.net/publication/336396157) [POLITICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS UMA ANALISE DO PERFIL DOS ALUNOS COM DE](https://www.researchgate.net/publication/336396157). ACESSO EM: 14 SET. 2022.

SANTAELLA, LUCIA. O METABOLISMO DIGITAL DAS HUMANIDADES. IN: ROCHA, CLEOMAR; NASCIMENTO, HUGO ALEXANDRE DANTAS DO; SOARES, FABRIZIO A.A. DE MELO NUNES. (ORG.). **HUMANIDADES DIGITAIS: PERFORMATIVIDADES NA CULTURA DIGITAL**. GOIÂNIA: CEGRAF UFG, 2021. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://PUBLICA.CIAR.UFG.BR/EBOOKS/INVENCOES/LIVROS/9/CAPITULOS/C01.HTML](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/invencoes/livros/9/capitulos/c01.html). ACESSO EM: 14 SET. 2022.

SILVA, ELIAIDINA WAGNA OLIVEIRA DA, LIMA, ALBA JANES LIMA. AS COTAS RACIAIS NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA. **MOSAICO**, v. 12, n. 19, 2020.

DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://BIBLIOTECADIGITAL.FGV.BR/OJS/INDEX.PHP/MOSAICO/ARTICLE/VIEW/82342](https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/82342). ACESSO EM: 16 JUN.2022.

SILVA, GRACIELLE DA COSTA. A RELEVÂNCIA DAS COTAS RACIAIS COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA. **REIA- REVISTA DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES ANTROPOLÓGICAS**, v. 3, n. 2, p. 59-76, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/REIA/ARTICLE/VIEW/229994](https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229994). ACESSO EM: 16 JUN. 2022.

SILVA, KAREN ROSA DA; GOMES, JÉSSICA TEIXEIRA; CASTRO, GUILHERME FERRONATTO; AUTORA Z; AUTORA Y; AUTORA X. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO CAPACITISMO. **ANAIS DO 10º**

SIEPEX/UERGS, v. 1, n. 10, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PEV-PROEX.UERGS.EDU.BR/INDEX.PHP/XSIEPEX/ARTICLE/VIEW/3564/666](http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3564/666). ACESSO EM: 13 SET. 2022.

SILVA, KETIA KELLEN ARAÚJO DA; BEHAR, PATRÍCIA ALEJANDRA.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO CONCEITO. **EDUCAÇÃO EM REVISTA**, BELO HORIZONTE, v. 35, E-209940, 2019.

DISPONÍVEL

EM:[HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/J/EDUR/A/WPS3NwLTxtKgZBMPQyNfdVG/?FORMAT=PDF&LANG=PT](https://www.scielo.br/j/edur/a/wPS3NwLTxtKgZBMPQyNfdVG/?format=pdf&lang=pt). ACESSO EM: 14 SET.2022.

SILVA, VANESSA CAROLINA, SILVA, WILKER SOLIDADE. MARCADORES

SOCIAIS DA DIFERENÇA: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL SOBRE SER ESTUDANTE NEGRO E DEFICIENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. **REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL**, v. 31, n. 62, p. 569-58, 2018. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.RESEARCHGATE.NET/PUBLICATION/327219158_MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENCA UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL SOBRE SER ESTUDANTE NEGRO E DEFICIENTE](https://www.researchgate.net/publication/327219158_Marcadores_sociais_da_diferenca_uma_perspectiva_interseccional_sobre_ser_estudante_negro_e_deficien) . ACESSO EM: 16 JUN. 2022.

SILVEIRA, RAQUEL DA SILVA, GUERREIRO, RAQUEL, GOMES, LEANDRO. POR UMA UNIVERSIDADE MAIS DIVERSA: A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *In: INTERFACES - REVISTA DE EXTENSÃO DA UFMG, BELO HORIZONTE, v. 9, n. 1, p. 22-39, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFMG.BR/INDEX.PHP/REVISTAINTERFACES/ARTICLE/VIEW/25605/27818](https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/25605/27818). ACESSO EM: 06 JUN. 2022.*